A origem fregeana da distinção entre *dizer* e *mostrar* do *Tractatus* de Wittgenstein

Mauro Luiz Engelmann*

A distinção entre *dizer* e *mostrar* é uma das distinções mais importantes dentro da argumentação (ou pseudo-argumentação, dependendo de nossa disposição para levar a sério a conclusão do autor do livro) do *Tractatus*, mas pouca atenção tem sido dada para a sua origem fregeana¹. Neste artigo, tento esclarecer como, a partir da concepção da lógica de Frege, tal distinção pôde emergir. No entanto, não se trata aqui nem de atribuir a distinção a Frege, nem de negar que na filosofia da lógica de Russell encontramos problemas que possam ter sugerido a Wittgenstein (os problemas de Russell com sua teoria do juízo e sua teoria dos tipos são os candidatos que podem ser imediatamente apontados). Trata-se de elucidar como a sugestão para a distinção pode ser compreendida como uma consequência da concepção da lógica de Frege; além disso, cabe apontar que outra consequência dessa concepção é o envolvimento de Frege com a possibilidade de “pensamentos inefáveis”. A sugestão é que, diferentemente de Wittgenstein², Frege encontra uma assimetria entre linguagem e pensamento (podemos pensar pensamentos que não podemos di-

* Ludwig-Maximilians-Universität München – bolsista CAPES.

com o que se costuma chamar de “tradição algebrista” de Boole e Schröder (cálculo lógico de relações em que uma fórmula pode ser satisfeita por diversos domínios). Tratarei de apresentar a lógica de Frege sem a sua fusão com tal tradição⁷

A característica fundamental da lógica de Frege apresenta-se na natureza da quantificação. Os quantificadores, para Frege, expressam a generalidade máxima, ou seja, não se limitam a um domínio específico de objetos, mas quantificam sobre todo e qualquer objeto quando a variável ocorre em um lugar de argumento de uma função de primeira ordem⁸, e sobre todas as funções quando a variável é funcional⁹. O universo é fixo, sempre o mesmo, e é o universo de todos os objetos em sentido lógico – números, Deus, objetos materiais, etc. – e de funções que ocupam o lugar da variável quando ela é funcional.

Como o universo é todo o universo, não faz sentido falarmos em uma *interpretação* para o sistema. Não faz sentido escolhermos um domínio arbitrário de objetos para os quais as leis lógicas tenham validade. Isso seria transformar a *lingua characteristic* que Frege inventou em um mero *calculus ratiocinator* (um cálculo lógico de fórmulas que poderiam ser interpretadas posteriormente). Quando responde à crítica de Schröder à *BS*, Frege diz que não queria apresentar uma “lógica abstrata em fórmulas, mas expressar um conteúdo através de sinais escritos de modo mais preciso e mais claro do que é possível através de palavras”¹⁰. Desse modo, é um anacronismo falarmos em uma “semântica” que poderia ser tratada separadamente da “sintaxe” em Frege. Um conjunto de fórmulas “vazias” dependentes de uma interpretação posterior é um mero “jogo”¹¹. As leis lógicas têm conteúdo, são verdadeiras para todos os objetos pensáveis: são pensamentos verdadeiros que tratam de todos os pensamentos verdadeiros. Assim, a lógica não é meramente formal para Frege; ela tem conteúdo na medida em que suas leis tratam das condições que devem ser satisfeitas por qualquer pensamento.

A consequência imediata disso é que “nada pode ser, ou deve ser, dito fora do sistema”¹², não existe meta-perspectiva. Frege não se ocupa com provas meta-sistemáticas como as provas de completude, independência de axiomas, etc., pois, de sua perspectiva, tais provas exigiriam que se “saísse da lógica”, o que é absurdo¹³ – para Frege, sair do sistema correspondia a sair da lógica porque seu sistema deveria expressar *toda* a lógica. Frege, portanto, não compreenderia isso que chamamos hoje metalógica como um conjunto de provas: provas são apresentadas *na* conceitografia, não há propriamente provas *sobre* a conceitografia.

II) Elucidações (como falar sobre a lógica?)

Dada a concepção universalista da lógica de Frege, há uma dificuldade que devemos examinar relativo ao estatuto das “elucidações” (*Erläuterungen*) fregeanas: elucidações são as explicações dos termos fundamentais da conceitografia. As elucidações servem para explicar os termos primitivos (indefiníveis) das ciências. O esclarecimento desses termos precede o sistema e serve para estabelecer a compreensão mútua entre os investigadores. É compreensível que certas elucidações precedam certos sistemas e certas disciplinas, pois nem tudo pode ser definido (isso é muito claro se considerarmos a noção geométrica de ponto). A dificuldade é compreender o estatuto das afirmações que tratam dos conceitos utilizados na conceitografia. Como dar inteligibilidade a algo fora do sistema lógico, se esse sistema deve coincidir com *a* lógica? Se, de acordo com a concepção de lógica de Frege, não há uma “perspectiva externa ao sistema” (à lógica), o que é uma elucidação lógica?

O texto fregeano que torna explícito o problema das elucidações é *Über Begriff und Gegenstand* (UBG). O que se costuma chamar “o paradoxo de Kerry” não é nada mais do que a conse-

qüência da impossibilidade de uma perspectiva externa ao sistema. Vejamos.

Kerry faz duas objeções a Frege. Primeiro, que as “definições” fregeanas de conceito e objeto não são boas. Seria natural esperar que Frege estivesse em condições de responder a Kerry oferecendo uma definição clara de conceito e de objeto, de modo que tudo ficasse esclarecido¹⁴. Frege, no entanto, diz não poder definir conceito e objeto: “o que é logicamente simples não pode ser propriamente definido”¹⁵ e “precisamos admitir elementos logicamente primitivos que sejam indefiníveis”¹⁶. No sistema de Frege, “a decomposição em uma parte saturada e uma insaturada precisa ser simplesmente aceita e não pode ser reduzida a algo mais simples”¹⁷. Mas Frege não pode simplesmente dizer “não posso definir, e ponto!”, porque seu objetivo é ensinar o uso de sua conceitografia: “visto que definições não são possíveis para termos primitivos, outra coisa precisa tomar seu lugar”¹⁸. Dada tal dificuldade, o que Frege pode oferecer ao seu leitor é uma propedêutica que consiste apenas em elucidações ou esclarecimentos (*Erläuterungen*) e indicações (*Winken*)¹⁹.

Suponhamos que Frege quisesse definir conceito e objeto. Como não podemos definir tudo, pois isso nos levaria a um regresso ao infinito, algumas noções devem ser primitivas. Desse modo, definir conceito e objeto seria supor ou que essas não são as noções primitivas da lógica ou supor que noções primitivas podem ser definidas a partir de noções menos primitivas. A segunda hipótese pode ser descartada porque ser uma noção mais primitiva que outra consiste precisamente em ser suposta em sua definição ou explicação. Vejamos a primeira hipótese. Poderíamos, por exemplo, tentar definir conceito supondo que a noção de função é a noção lógica primitiva: “conceito é uma função cujo valor é um valor de verdade”. É desse modo que Frege *elucida* a noção de conceito nas *GG* (§3). Por que isso não é uma definição? Se a noção matemática de função fosse mais primitiva que a no-

ção lógica de conceito, uma ciência particular seria pressuposta pela ciência da lógica. Em segundo lugar, uma definição é uma “estipulação arbitrária”²⁰ que deve ser usada em provas²¹. As definições devem ser usadas *nas* provas da conceitografia e uma suposta definição de conceito não teria nenhum propósito em tais provas. Assim, a primeira objeção de Kerry é improcedente, pois uma “elucidação não é entendida como propriamente uma definição”²². As elucidações devem preceder qualquer definição ou axioma (“não podem aparecer no sistema, mas, antes, devem precedê-lo”); elas servem apenas “à mútua compreensão dos investigadores”²³. Dada essa compreensão das elucidações, e considerando que Frege não pode definir conceito e objeto, Frege está correto com relação à primeira objeção de Kerry.

A segunda objeção de Kerry é que o fato de x ser um objeto não exclui a possibilidade de x ser um conceito, apesar de Frege afirmar que ou x é um objeto, ou x é um conceito (a disjunção é exclusiva). Segundo Kerry, um contra-exemplo para a tese fregeana é “o conceito ‘cavalo’ é um conceito facilmente adquirido”. Nesse exemplo, “o conceito ‘cavalo’” parece, por um lado, significar um objeto porque é isso que indica o artigo definido e porque cai sob o conceito “... é um conceito facilmente adquirido”; por outro lado, parece ser um conceito porque isso é indicado por “o *conceito*” e “é um *conceito*...” (assim, “o ‘conceito’ cavalo’ é um conceito” seria semelhante a “a cidade Berlim é uma cidade”).

Frege responde a isso dizendo que o pensamento deve ser decomposto em duas partes distintas e irreduzíveis: conceito e objeto. Conceitos têm natureza predicativa e expressam algo a respeito daquilo que falamos. Quando dizemos, então, “o x é F ”, a expressão “o x ” só pode significar um objeto. Como “em investigações lógicas, há a necessidade de se expressar algo sobre conceitos”, o conceito deve “ser transformado ou, falando com maior exatidão, representado por um objeto”²⁴. Não podemos falar sobre conceitos, porque só podemos falar sobre objetos: se falamos

sobre algo, esse algo de que falamos é um objeto. Sendo assim, é correto que “o conceito ‘cavalo’” em “o conceito ‘cavalo’ não é um conceito” seja um objeto e, portanto, não seja um conceito. A expressão “o conceito ‘cavalo’” parece significar um conceito porque a palavra “conceito” é parte do nome próprio. Mas é somente no contexto da proposição que devemos procurar pelo papel que cada parte desempenha (seu significado). Se substituírmos as partes lógicas (conceito e objeto) por outras expressões, veremos por que não podemos considerar “o conceito ‘cavalo’” um termo conceitual. Suponhamos, como quer Kerry, que o significado de “o conceito ‘cavalo’” seja um conceito. Nesse caso, essa expressão deverá ser capaz de ocupar o lugar de um predicado de modo que o resultado da substituição preserve a congruência. Todavia, fazendo a substituição, ou seja, usando a expressão como um predicado lógico e colocando um nome em seu lugar, chegamos somente a um contra-senso: “Siruiz o conceito cavalo” Não podemos, portanto, predicar ‘conceito’ de um conceito porque só podemos predicar de objetos.

Aqui chegamos a um problema inerente ao uso do que Wittgenstein chamará no *Tractatus* “conceitos formais” Em que medida Frege percebe que tais conceitos são problemáticos? Dado que “o conceito ‘cavalo’” não significa um conceito, e parece cumprir o papel lógico de um objeto, segue-se que “o conceito ‘cavalo’” significa um objeto? Em *UBG* Frege afirma que o significado de ‘o conceito x ’ não é um conceito, logo é um objeto:

“Se nós substituimos o nome próprio formado pelas seis primeiras palavras na frase ‘o conceito raiz quadrada de 4 está preenchido’ por ‘Júlio César’, obtemos uma proposição que tem sentido, mas é falsa; pois o ser preenchido, como essas palavras são compreendidas aqui, só pode ser afirmado de objetos de um tipo muito especial, a saber, tais que podem ser designados através de nomes próprios da forma ‘o conceito F ’”²⁵.

De acordo com essa passagem, é claro que “o conceito *F*” deve significar um objeto, e não um conceito. A dificuldade, no entanto, independentemente de sabermos que objeto poderia ser designado por “o conceito *F*”, é ir além do truísmo fregeano de “o conceito *F* é um objeto”, dado que não podemos usar um conceito para afirmar de um conceito que ele é um conceito. O predicado ‘é um conceito’ requer, aparentemente, algo que seria, simultaneamente, um nome próprio e um termo conceitual no lugar de argumento, ou seja, requer algo contraditório; qualquer que seja a substituição que façamos, teremos problemas com a expressão: se utilizamos um termo como ‘o conceito *x*’, temos um objeto do qual afirmamos que é um conceito; se utilizamos um nome de objeto, afirmamos de um objeto que ele é um conceito. Como *qualquer* argumento que preencher “... é um conceito” mantendo a congruência será o nome de um objeto, poderíamos afirmar que “nada é um conceito”. Do mesmo modo, porque qualquer argumento que preencher “... é um objeto” deve ser um nome de objeto, parece se seguir que “tudo é um objeto” é verdadeiro. Se tudo é objeto, parece uma trivialidade de Frege dizer que os números são objetos ou que o conceito *F* não é um conceito. O ponto é expresso desta maneira por Frege:

“... qualquer coisa que colocarmos no lugar de ‘algo’ [em “algo é um objeto”] nos dará uma proposição verdadeira; pois o nome de uma função não pode tomar o lugar de ‘algo’ Encontramo-nos aqui, devido à natureza da linguagem, em um dilema que torna necessário expressarmo-nos de modo impreciso. Isso ocorre com a proposição ‘*A* é uma função’; ela é sempre imprecisa, pois ‘*A*’ representa um nome próprio. O conceito de função precisa mesmo ser um conceito de segunda ordem, enquanto ele aparece na linguagem sempre como um conceito de primeira ordem”²⁶.

Essa dificuldade parece desaparecer na conceitografia, se Frege introduzir uma função de segunda ordem que expresse que *algo* é uma função:

“Na conceitografia pode-se estabelecer uma expressão exata para o que se quer dizer quando denominamos algo uma função (de primeira ordem com um argumento); por exemplo: “ $\epsilon \Phi(\epsilon)$ ” Assim, “ $\epsilon(\epsilon 3 + 4)$ ” expressaria de modo preciso o que se expressa de modo impreciso com a proposição ‘ $\xi ? 3 + 4$ é uma função’”

Desse modo, “como não se pode propriamente dizer, na linguagem, de uma função que ela não é um objeto, não se pode dizer, com essa designação, de um objeto, por exemplo 4, que ele não é uma função”²⁷ O que significa isso? Significa que, ou Frege deve postular uma categoria acima de conceito e objeto, o que não pode ser o caso pois arruinaria um dos pilares de sua lógica, ou o seu expediente serve somente àqueles que já conhecem a conceitografia. Nesse caso, não elucida os conceitos da conceitografia, mas os pressupõe. É preciso observar que a dificuldade de Frege, então, não é livrar-se do “paradoxo de Kerry”, mas explicar sua conceitografia para quem não a entende²⁸. Desse modo, postular um meio artificial conceitográfico ou lingüístico para expressar o que está implícito no uso dos sinais da conceitografia não resolve a questão: simplesmente repetimos o que quem *entende* a conceitografia compreende ao ver o que os sinais *mostram*²⁹ A explicação serviria somente para quem já compreende Frege. Mas quem compreende Frege sabe o que a conceitografia expressa.

Se a solução de Frege não é encontrar um substituto lingüístico para caracterizar as expressões que falam das categorias fundamentais da conceitografia, e se não dizemos o que queremos com expressões como “o conceito *F*”, qual é a natureza dessas expressões e o que é que significam? Diferentemente do que ocorre em *UBG*, nos escritos posteriores a *GG II* Frege abandona sua convicção de que tais expressões significam objetos³⁰:

“É que nós mal podemos deixar de usar expressões como ‘o conceito *número primo*’ Aqui não se pode mais perceber nada da insaturabilidade, do caráter predicativo. Antes, a expressão é construída de modo semelhante a ‘o poeta Schiller’ Assim, a linguagem caracteriza um conceito como objeto quando insere sua designação apenas como nome próprio em sua construção gramatical. Mas com isso ela faz uma falsificação. Assim, tomada com exatidão, a palavra ‘conceito’ já é defeituosa, quando as palavras ‘é um conceito’ requerem um nome próprio como sujeito gramatical; pois com isso ela requer uma contradição, visto que nenhum nome próprio pode designar um conceito, ou talvez, ainda melhor, um *contra-senso* (*Unsinn*)”³¹

Desse modo, repensando o que apresentou em *UBG*, Frege chega à conclusão de que não há nada que expressões como “o conceito *F*” designem, não existem esses “objetos de tipo especial” São expressões mal formadas, fruto da insuficiência da linguagem para a expressão adequada do que é relevante para a lógica. A linguagem é uma criação humana que não foi criada com o único fim de expressar pensamentos. Muitas outras disposições, que não as disposições lógicas, atuaram na formação da linguagem, de modo que ela “não foi feita com a régua lógica”³². Quando observamos expressões como “o conceito *F*”, percebemos que isso é parte de “uma tendência funesta da linguagem de formar aparentes nomes próprios” e devemos nos perguntar “como é possível que o pensar entre em conflito com o falar?”³³ Se, então, para nós humanos, “é necessário ligar um pensamento consciente com alguma proposição”, e se isso significa que existe uma equivalência entre o que pode ser pensado e o que pode ser dito, parece que devemos concluir, dado que a linguagem leva a contradições, que o pensamento entra em conflito consigo mesmo. Para evitar essa conclusão paradoxal, Frege afirma uma assimetria entre pensamento e linguagem:

“Se ... abstraímos de como ocorre o pensar nos seus detalhes e, ao contrário, observamos a essência própria do pensar, não poderemos equipará-lo ao falar. Então não derivaremos o pensar do falar, mas, assim, o pensar aparece como o primeiro, e não podemos atribuir ao pensar as deficiências lógicas que observamos na linguagem”³⁴.

Ao aceitar uma assimetria entre linguagem e pensamento, Frege acaba postulando pensamentos inexpressáveis. Esses pensamentos estão implícitos nas elucidações, mas não são ditos. Em vez de vermos um Frege realista, teríamos um Frege “inefabilista”³⁵.

A dificuldade de Frege em expressar-se adequadamente não é apenas um acidente de percurso. Não podemos falar sobre os conceitos fundamentais da conceitografia, pois isso exigiria que se “saísse da lógica”. Quando, hoje, falamos de um sistema lógico e provamos certas propriedades do mesmo, pressupomos que há uma perspectiva externa ao sistema. Tal perspectiva apresenta-se impossível a Frege, pois seu sistema *é a* lógica³⁶. Para Frege, falar sobre as categorias fundamentais do sistema é falar *sobre a* lógica. Por isso, as distinções internas ao sistema são distinções internas a qualquer pensamento. Quando Frege tenta expressá-las, acaba por “perder o pensamento”, não podendo dizer o que quer: “...com uma certa necessidade lingüística, minha expressão, às vezes, tomada literalmente, perde o pensamento, quando é nomeado um objeto onde se quer expressar um conceito”³⁷. Isso tudo parece sugerir que há algo a ser dito, que, dadas as limitações da linguagem, nos escapa.

Tudo que precede nos deixa o seguinte problema: como explicar que as elucidações estão fora do sistema? As elucidações são pensamentos aparentes³⁸? Frege tinha a *intenção* de dizer *algo* através delas? Não podem ser pensamentos porque não podem ser expressas na linguagem formal de Frege. Por outro lado, parece estranho que sejam pensamentos aparentes, pois isso levaria ao

paradoxo de todos os princípios da conceitografia dependerem de representações ficcionais.

Frege não está disposto a atribuir um caráter decisivo a essas reflexões e seu pensamento aponta para duas direções: por um lado, o discurso filosófico sobre as categorias fundamentais deve ser um conjunto de elucidações que antecede o sistema, uma propedêutica a ser jogada fora depois de ensinada a linguagem lógica; por outro lado, Frege quer expressar algo da “natureza das coisas”³⁹, da natureza do “puro pensar”, com suas elucidações, mas, por uma limitação da linguagem, não é bem sucedido.

Wittgenstein desenvolverá sua filosofia a partir desses problemas da filosofia da lógica de Frege recusando a assimetria entre pensamento e linguagem – “o pensamento é a proposição com sentido”⁴⁰. Também determinará claramente a natureza das elucidações: são *meros* contra-sensos. A dificuldade, certamente, é compreender *como* e *o que* pode um contra-senso esclarecer. Mas essa é a questão do *Tractatus*, da qual não tratarei aqui. O importante foi indicar o pano de fundo sobre o qual Wittgenstein distinguirá o que pode ser *dito* e o que pode ser *mostrado*⁴¹

Notas

- ¹ Com exceção de GEACH, que foi o primeiro a observar a origem fregeana da distinção em *Saying and Showing in Frege and Wittgenstein*, RICKETTS em *Frege, the Tractatus and the Logocentric Predicament* e WEINER em *Frege in Perspective* (ver Referências Bibliográficas no final do artigo).
- ² “O pensamento é a proposição com sentido” (*Tractatus*, 4 – itálico acrescentado).
- ³ *Nachgelassene Schriften (NS)*, p. 139: “a lógica é a ciência das leis mais gerais da verdade (*des Wahrseins*)” (itálicos acrescentados).
- ⁴ Em *Begriffsschrift (BS)*, VI, Frege sugere uma ampliação à Geometria, à Física e à filosofia.
- ⁵ DUMMETT, M., em *The Interpretation of Frege’s Philosophy*, p. 19, diz a respeito do sistema das *Grundgesetze der Arithmetik (GG)*: “a lógica das *Grundgesetze* era tomada como (was intended as) uma lógica universal, não uma [lógica] peculiar para uma linguagem especial não conectada com os pensamentos que nós ordinariamente usamos para nos comunicar”
- ⁶ *GG I*, XIX: “eu considero evidente sinal de um erro se a lógica necessita de metafísica e psicologia, ciências que, elas mesmas, necessitam os princípios lógicos”
- ⁷ O que se segue a respeito da distinção entre a concepção logicista fregeana – “universalista” – e a concepção algebrista encontra-se em VAN HEIJENOORT, J. *Logic as Calculus and Logic as Language* e GOLDFARB, W. D. *Logic in the Twenties: The Nature of the Quantifier*.
- ⁸ Frege, no §11 da *BS*, quando introduz a quantificação, diz que uma fórmula quantificada universalmente significa que a “função é um fato, o que quer que seja que se tome como seu argumento” Frege continua, “uma vez que uma letra empregada como um sinal de função pode ela própria ser tomada como argumento de uma função, uma letra alemã [variável] pode, no sentido acima descrito, ocupar o lugar dela” (há uma referência a isso já no § 9, quando Frege fala de uma função indeterminada). Ver também §§ 20 e 25 das *Grundgesetze der Arithmetik (GG) I*. A regra IIb do sistema das *GG* é uma espécie de “instanciação existencial de funções” (§ 25).
- ⁹ A esse respeito ver RICKETTS, T. G. *Frege, The Tractatus and the Logocentric Predicament*, p. 5.

- ¹⁰ Em *Über den Zweck der Begriffsschrift* (*Begriffsschrift*, p. 97).
- ¹¹ A esse respeito, *GG I XIII*, *GG II* §89 e seguintes.
- ¹² VAN HEIJENOORT, J. *Logic as Calculus and Logic as Language* p. 326.
- ¹³ Sendo assim, é suspeita a afirmação de que “sua teoria [de Frege] da referência antecipa a semântica formal posterior no sentido de que ela fornece precisamente a estrutura na qual a noção de uma interpretação semântica pode ser definida” (DUMMETT, M. *The Interpretation of Frege’s Philosophy*, p. 151).
- ¹⁴ Suposição “natural” se considerarmos o tratamento que Frege dá às definições de seus “opponentes” em *Grundlagen der Arithmetik*.
- ¹⁵ *UBG*, 193.
- ¹⁶ *On the Foundations of Geometry II*, p. 301(300 trad. inglesa).
- ¹⁷ *On the Foundations of Geometry I*, p. 371(281 trad. inglesa).
- ¹⁸ *On the Foundations of Geometry II*, 301.
- ¹⁹ Ver também *NS* 224.
- ²⁰ *NS*, 227. Ver também *NS* 228, 263 e *BS*, p. 56. A compreensão que Frege tem de definições é discutida por WEINER, J. em *Frege in Perspective*, p. 82 e segs..
- ²¹ Ver *NS*, p. 229, onde Frege diz que podemos distinguir uma definição genuína de um mero ornamento pelo seu uso em provas: “Tais definições devem ser comparadas com aqueles ornamentos que parecem apresentar algo, enquanto, na realidade, poderiam ser retirados sem que a solidez do edifício sofresse o menor dano. Pode-se reconhecer tais definições pelo fato de não serem usadas, por nunca serem utilizadas em provas”
- ²² *UBG*, p. 193.
- ²³ *On the Foundations of Geometry II*, p. 306.
- ²⁴ *UBG*, p. 197.
- ²⁵ *UBG*, p. 201 (sublinhado acrescentado). Essa posição é mantida nas *GG*, Band I: “as últimas palavras [“o conceito $F(c)$ ”] designam propriamente, na verdade, não um conceito (no nosso sentido), embora assim pareça pela forma lingüística” (*GG*, §4, nota 1). Nessa mesma nota das *GG*, Frege indica que esse ponto pode ser melhor compreendido com a leitura de *Über Begriff und Gegenstand*, o que evidencia que sua maneira de elucidar a questão é a mesma em 1892 e 1897.
- ²⁶ Carta a Russell de 29.06.1902.

jeto, e como se devêssemos dizer desse objeto que ele está preenchido. Mas, de fato, nós não temos um objeto aqui”.

³² NS 288 (*Erkenntnisquellen der Mathematik und Naturwissenschaft* – 1924/25)

³³ NS, 289. É preciso observar que a crítica de Frege à linguagem como meio de expressão de pensamentos não é mais aquela que inspirou a construção da conceitografia. Em *Über die Wissenschaftliche Berechtigung einer Begriffsschrift* Frege critica na linguagem ordinária a equivocidade dos termos e a constante incorporação de entimemas na construção de provas. No período tardio, Frege considera a linguagem ordinária um meio inadequado para a expressão dos pensamentos a respeito da conceitografia. Mais do que isso, a linguagem nos engana sistematicamente quando tentamos expressá-los.

³⁴ NS, 289.

³⁵ É assim que WEINER, J. interpreta Frege. Ver *Frege in Perspective*, p. 227 e segs.. Segundo Weiner, “com exceção das provas da *Begriffsschrift* e das *Leis Fundamentais*, as opiniões expressas nos escritos de Frege não podem ser expressos em *Begriffsschrift*” (p. 228). Se não podem ser expressos na conceitografia (em *Begriffsschrift*), não podem ser nem verdadeiras, nem falsas. Assim, Weiner conclui que “todo trabalho aparentemente filosófico de Frege deveria ser visto como elucidatório” (ver *On Concepts, Hints and Horses*, p. 124). Suas elucidações seriam o meio encontrado por Frege para fazer com que se compreenda o que a conceitografia *mostra* nos sinais. Isso ocorreria, segundo Weiner, mesmo com as teses de Frege a respeito da natureza da matemática: que asserções sobre números são asserções sobre conceitos e que números são objetos, por exemplo, seria algo a ser *mostrado* (ver *Frege in Perspective*, p. 275). Vale observar que, segundo Weiner, Frege não afirma *explicitamente* que sua filosofia consiste apenas de *Erläuterungen* – isso seria uma consequência da concepção de lógica de Frege.

³⁶ GOLDFARB, W. expressa isso da seguinte maneira em *Logic in the Twenties: nature of the Quantifier*: “Para eles (Frege e Russell) lógica era o sistema” e “se o sistema constitui a linguagem lógica universal, então não pode haver ponto de vista externo a partir do qual se pudesse ver e discutir o sistema” (p. 353).

³⁷ *Über Begriff und Gegenstand*, p. 204.

³⁸ Existem três casos em que proposições podem expressar pensamentos aparentes (*Scheingedanken*): a prosa ficcional, proposições onde o nome próprio é aparente (*Scheineigenname* – NS, p. 141), ou seja, não faz referência a um único objeto, e proposições onde o termo conceitual não tem significa-

do (*Scheinbegriff* – *GG II*, §62), a saber, quando não está determinado para todos os objetos se cada um cai ou não sob o conceito que o termo conceitual significa.

³⁹ Ver, por exemplo, *Funktion und Begriff*, p. 31.

⁴⁰ *Tractatus*, 4.

⁴¹ Tratei de apresentar apenas um ponto da filosofia da lógica de Frege onde a distinção *tractariana* tem sua origem. No entanto, a origem da distinção pode ser localizada também na concepção de regras e axiomas da conceitografia. Frege encontra dificuldades em esclarecer como as regras de dedução da conceitografia podem estar “na base” (*BS*, §13) ou fora do sistema, uma vez que as regras, para serem expressas na conceitografia, precisam ser transformadas em leis lógicas; mas isso não pode ocorrer porque se todas as regras fossem expressas, nenhuma dedução poderia ser feita – é preciso lembrar que na conceitografia não são manipulados meros sinais, mas sinais significativos (ver crítica de Frege ao formalismo de Thomae em *GGII*, §89 e seguintes). O problema também reaparece no tratamento dado às leis lógicas: por um lado, têm caráter normativo e, sendo assim, *deveriam* ser desprovidas de conteúdo; por outro, por considerar a lógica a ciência mais geral, Frege atribui-lhes conteúdo. Essa tensão no duplo caráter das leis lógicas (ver RICKETTS nas referências bibliográficas) está implícita em toda obra de Frege e ganha sua formulação mais explícita quando Frege diz que uma lei lógica “parece quase não ter conteúdo” (*Gedankegefüge*, p. 50). Trato dessas questões, relacionando-as ao *Tractatus*, no primeiro capítulo de *O que Pode Mostrar um Contra-senso* (Como Compreender a Conclusão do *Tractatus* de Wittgenstein), dissertação de mestrado, UFRGS, abril de 2000.

Referências Bibliográficas

Obras de Frege:

FREGE, G. *Die Grundlagen der Arithmetik*. Stuttgart: Reclam, 1987.

_____. *Die Grundgesetze der Arithmetik*, 2ª ed. (Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1962).

_____. *Begriffsschrift und Andere Aufsätze*, 2ª ed., Ignacio Angelelli (ed.). (Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1998)

_____. *Nachgelassene Schriften*, 2ª ed. (Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1983).

_____. *Wissenschaftlicher Briefwechsel*. (Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1976).

_____. Funktion und Begriff. In: *Funktion, Begriff, Bedeutung* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994).

_____. Über Begriff und Gegenstand. In: *Funktion, Begriff, Bedeutung* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994).

_____. Gedankengefüge. In: *Logische Untersuchungen*, 4ª ed. (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993).

_____. On the Foundations of Geometry: First Series and Second Series, em *Essays on Frege*. Klemke, E. D. (ed.). (Chicago: Urbana, 1968): 559-575.

Outros Autores:

DUMMETT, M. *Frege Philosophy of Language*, 2ª ed. (London: Duckworth, 1992).

_____. *The Interpretation of Frege's Philosophy* (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981).